

Direitos da Natureza e Saúde Única: Horizontes para pensar o bem viver nos museus de ciências

Ellen Nicolau - Doutoranda em História



Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre o papel dos museus de ciências na promoção do bem viver, da saúde integral e da justiça socioambiental. Inspirado nos princípios dos Direitos da Natureza e da Saúde Única, o texto convida à construção de processos museológicos comprometidos com seus territórios e questões de conjuntura local em diálogo intercultural. Nesse contexto, o museu é concebido como espaço de articulação entre ciência, educação e cidadania, capaz de fomentar práticas de cuidado coletivo, engajamento público e popularização das ciências em chave emancipatória.

Palavras-chave: Bem viver. Museu de ciências. Saúde. Direitos da Natureza

Introdução

Do estímulo com aparatos interativos nas exposições a brincadeiras com materiais não estruturados no jardim, os museus de ciências, tradicionalmente concebidos como espaços voltados à comunicação dos saberes científicos e à difusão de uma narrativa histórica predominantemente eurocentrada e marcada por perspectivas de branquitude, vêm, progressivamente, sendo reconhecidos também como ambientes de investigação e problematização dos próprios processos de produção do conhecimento científico. Nesse contexto, tais instituições enfrentam o desafio de repensar seus papéis e práticas diante das crises ambientais, sanitárias e sociais que que marcam o Capitaloceno (Haraway 2016; Moore, 2022) e exigem abordagens mais críticas, inclusivas e comprometidas com a diversidade de saberes e experiências. O paradigma ocidental moderno, centrado na separação entre Natureza e Cultura, Humano e Não Humano, Saúde e Ambiente, tem mostrado seus limites e em contraposição, uma perspectiva decolonial propõe o reconhecimento de outras epistemologias e ciências, como as indígenas e afro-diaspóricas que compreendem a saúde e a vida como dimensões integradas e relacionais.

Ao serem fomentados como espaços de escuta, diálogo e produção coletiva de conhecimento, os museus possuem grande potencialidade na divulgação científica responsável ao serem entendidos como:

[...] instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando

experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos". (ICOM, 2022)

Com exercícios contínuos de rompimento com a colonialidade de sua natureza institucional, entendida como “um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista [...] que opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal (Quijano, 2009, p. 74), os museus constroem ferramentas para questionar e transformar sua origem de poder fundamentada em métodos de acumulação concebidos a partir de violências históricas (Vérges, 2024). No desempenho dessas ações, que infelizmente em muitos casos não implicam em mudanças estruturais das instituições, destacam-se os trabalhos desenvolvidos a partir da Educação Museal seja na concepção de exposições, materiais educativos como em atividades como roteiros temáticos de mediação críticos em relação aos debates científicos e até mesmo em relação às exposições vigentes em museus de ciências.

Nas tentativas de questionar a matriz colonial de poder (Quijano, 2009), que é constitutiva dos museus, o papel dos núcleos educativos em museus de ciências é fundamental no seu histórico de transformações e cabe aos museus de ciências como um todo discutir um papel de reparação epistemológica ao comunicarem, durante grande parte de sua existência, aspectos de uma ciência hegemônica que negaram e inclusive em muitos casos, comunicaram informações errôneas de outros povos, culturas, suas tecnologias e processos científicos, relegando suas práticas a saberes tradicionais e curiosidades inferiorizadas. Essa reparação científica envolve reconhecer em horizontalidade e legitimação, múltiplas formas de conhecimento e existência. Na inseparável historicidade do colonialismo europeu, a história

da ciência como demonstrada em museus pelo mundo esteve relacionada a leitura de sociedades que, mediante a uma ciência posta como neutra, produziu a racialização de corpos a partir da matriz colonial e exige, de forma urgente, um reequilíbrio e readaptação necessária aos processos de comunicação, pesquisa, catalogação e musealização de coleções ao se adaptar às mudanças sociais, novos conhecimentos produzidos e contemplar diferentes linguagens, fundamental para a democracia cultural dessas instituições pois:

[...] a ‘ciência’ (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da linguagem; as línguas não são apenas fenômenos ‘culturais’ em que as pessoas encontram a sua ‘identidade’; elas também são o lugar onde se inscreve o conhecimento. E, dado que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo de que os seres humanos são, a colonialidade do poder e a colonialidade do conhecimento engendraram a colonialidade do ser” (Mignolo, 2003, p. 633).

Em consideração à Política Nacional de Educação Museal (PNEM) que compreende os museus como espaços que articulam memória, ciência e cidadania, promovendo processos de aprendizagem comprometidos com a diversidade de sujeitos, territórios e saberes, que a educação aliada a processos de interculturalidade em perspectiva museológica pode ser entendida como a coletividade atenta à experiência dos diferentes agentes e dos processos históricos vivenciados por eles a fim de constituir-se como prática social e política, orientada pela reflexão crítica e pela corresponsabilidade na construção de outros modos de habitar, e por que não, de celebrar o mundo. Tal compreensão amplia o papel dos museus de ciências, convocando-os a engajar-se nas discussões que relacionam Direitos da Natureza e Saúde, dimensões que reconhecem a inseparabilidade entre saúde humana, ambiental e animal e a necessidade de reconfigurar as relações entre sociedade e natureza, abrindo o convite aos museus para emergir como espaços potentes para o exercício de uma ética do cuidado, por uma cultura de vida em comum.

Direitos da Natureza e Saúde Única

O movimento dos Direitos da Natureza (Gudynas, 2009), ainda que formalmente nascido numa esfera jurídica do direito ambiental e paradigma ecocêntrico com o pluralismo jurídico e epistemológico, está inspirado em cosmovisões andinas como o Sumak Kawsay (bem viver)¹, que rompe com a visão utilitarista da natureza como recurso, reconhecendo-a em sua processualidade, também como sujeito de direitos e integrante das comunidades de vida. De forma convergente, a abordagem da Saúde Única, no Brasil, muito conhecida na terminologia adotada pelo próprio Ministério da Saúde, de “Uma Só Saúde” que propõe a comunicação, cooperação, coordenação e colaboração entre

diferentes disciplinas, profissionais, instituições e setores para fornecer soluções de maneira mais abrangente e efetiva de modo que favoreça a cooperação para enfrentar desafios emergentes e reemergentes, como pandemias, mudanças climáticas e outras ameaças à saúde, enfatiza a interdependência entre a saúde humana, animal e ambiental. Quando pensadas de modo articulado, essas perspectivas deslocam o foco da saúde individual para o cuidado coletivo e ecológico, abrindo caminho para uma ética do bem viver em integridade com diferentes seres. A integração desses princípios à museologia e mais especificamente à modelos de museus tradicionais de ciência, implica conceber exposições,

ações educativas e processos curatoriais e de pesquisa que fomentem redes de conhecimento relacionais, narrativas territoriais em viés de emancipação e engajamento, historicidade de processos e práticas de cuidado. Em vez de apenas representar a ciência, o museu torna-se laboratório (Meneses, 1994) de convivência e experiência sensível de pertencimento ao mundo vivo e a diferentes formas de produção do conhecimento científico.

Como lugar comum a estas instituições, um dos recursos mais eficazes de manutenção da imagem do cientista esteve alicerçado em uma imagem dominante, branca, masculina e ocidental. Essa imagem operou historicamente como mecanismo de epistemicídio e trituração de outras possibilidades inclusive de imaginário, eliminando ou subalternizando trajetórias, apagando suas contribuições intelectuais e negando a legitimidade de seus modos próprios de conhecer e relacionar-se com o mundo. No campo museológico, tal lógica foi amplamente reforçada: museus de ciências se consolidaram, por décadas, como vitrines da racionalidade moderna ocidental, contudo, observa-se hoje um movimento de inflexão significativo em diversas instituições e seus respectivos modelos de gestão, contando também com iniciativas no interior de coleções universitárias, ainda que não musealizadas em muitos casos, também contam com ações educativas e de comunicação.

Essas experiências afirmam o museu como espaço de disputa e reconstrução epistemológica, reconhecendo que a produção científica é um processo situado, plural e permeado por relações de poder. Assim, os museus de ciências aliados a perspectivas de Saúde Única e aos Direitos da Natureza, passam a incorporar um entendimento ampliado das interdependências que constituem a vida. Ao romper com a fragmentação moderna entre saúde humana, animal e ambiental, evidenciando que ecossistemas são relacionais

e que os Direitos da Natureza, presentes em debates de autores como Gudynas (2009), Acosta (2016) e no próprio constitucionalismo ecológico latino-americano, deslocam percepções para uma ética relacional baseada na reciprocidade, no cuidado e na interdependência. Quando tais perspectivas são incorporadas aos projetos museológicos, torna-se evidente a relevância de pesquisas recentes fundamentadas na etnografia cosmopolítica e na contribuição da antropologia para novas tipologias de museus de ciências. Inseridas no campo da virada ontológica e do pensamento cosmopolítico, autoras como Silvia Rivera Cusicanqui (2018), ao aprofundar as cosmologias aymara e quéchua e denunciar os limites coloniais da modernidade, e Marisol de la Cadena (2020), ao analisar formas de ação política de comunidades quéchua nos Andes peruanos em que montanhas e outros entes da natureza se tornam agentes políticos, oferecem chaves interpretativas fundamentais para desestabilizar categorias clássicas que separam ciência, sociedade e natureza. De modo complementar, outras autoras como Donna Haraway (2008) que nos convoca a refletir sobre como nós, humanos, dividimos esta Terra com outros seres e organismos não humanos, incluindo bactérias, animais, máquinas e ferramentas, trata de conexões, interações e intra-ações entre seres numa relação natural-cultural, ligada ao debate da possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo, trazido por Anna Tsing (2019) em relação aos debates do colonialismo na era moderna são mecanismos de inspiração para outras formas de atuação dos museus. Isabelle Stengers (2015), ao propor uma “ecologia das práticas” e ao tratar outros seres como participantes legítimos de mundos reais e plurais, e Bruno Latour (1991), ao defender o Parlamento das Coisas sendo essas objetos, naturezas e híbridos protagonistas no debate político e na tomada de decisões. Com a inseparabilidade ontológica entre humanos e não humanos, esses referenciais ampliam a compreensão de que as relações que compõem

o mundo não podem ser reduzidas a dicotomias modernas. Essas contribuições convergem para uma ética biocêntrica (Gudynas) que reconhece todos os seres vivos como partes constitutivas e igualmente relevantes de coletivos heterogêneos. Aplicadas aos museus de ciências, tais perspectivas implicam uma reconfiguração profunda de suas práticas curatoriais, narrativas expositivas, educativas e metodologias de pesquisa. Nessa fundamentação, a natureza não é recurso ou cenário explicativo reduzido a diorama para conceitos científicos, mas força para a qual os museus devem adotar abordagens que reconheçam a pluralidade ontológica dos seres e a legitimidade de diferentes formas de conhecimento, incorporando modos de existência indígenas, afro-diaspóricos e comunitários às decisões curatoriais e aos processos educativos. Isso significa construir exposições e programas que apresentem montanhas, rios, florestas, animais e outros entes como atores políticos e epistemológicos, capazes de orientar debates sobre território, saúde, justiça ambiental e modos de vida. Museus inspirados pela virada cosmopolítica tornam-se, assim, lugares de sensibilização entre mundos, espaços onde coletivos humanos e mais-que-humanos podem ser representados, escutados e mobilizados como parte da construção de futuros ecologicamente possíveis.

Na perspectiva da Museologia Social, o museu é um processo e dispositivo de mediação entre memórias, territórios e comunidades e “é importante sublinhar que a Museologia é uma ciência social aplicada, que mesmo tendo os museus como importante campo operacional, não se atém a essas instituições” (Wichers, 2023, p. 100). Isso significa reconhecer, em diferentes lugares, que toda prática museológica está situada, o que adquire uma responsabilidade ao compreender que o museu atua sobre realidades concretas de desigualdades, vulnerabilidades, conflitos socioambientais e, portanto, tem

papel ativo na promoção do bem estar local e na defesa da vida em todas as suas formas. Rumo a outros caminhos, ao abrir novas possibilidades pedagógicas, curatoriais e políticas, museus de ciências que dialogam com paradigmas voltados à compreensão da história da ciência, dos ciclos ecológicos da natureza e sociedade e de experiências que articulam saúde coletiva, ambiente e território passam a promover experiências que reconhecem a vida como rede de relações interdependentes. Essa integração, expressa também na ideia do bem viver e de interseccionalidade, conceituada por Catherine Walsh (2009), enfatiza a realidade de abordagem de modos de vida que se orientam pela harmonia e muitas vezes até pelas relações conflituosas entre humanos e não humanos, pela justiça socioambiental e pelo reconhecimento das cosmologias e saberes de diferentes povos. Assim como Manuela Carneiro da Cunha, ao falar sobre as práticas anti domesticação dos povos amazônicos em convivência como iguais com seres humanos e não humanos, os museus devem aprender a sair de seu lugar de autoridade absoluta para a promoção do bem viver, pois:

[...] Há, ainda, outras lições que podemos tirar dos modos de vida dos povos da floresta: o compartilhamento dos direitos sobre a terra com outros seres sencientes; a renúncia a uma hegemonia dos interesses humanos na exploração do território; o respeito a uma variedade de regras e restrições; a recusa à própria domesticação. Tudo isso pode muito bem ser a receita para uma vida boa

Essa convergência entre museologia, saúde e justiça ambiental elucida o potencial dos museus para promover práticas de bem viver e fomentar pesquisas que respondam às urgências de uma sociedade em crise, reforçando seu papel estratégico na construção de futuros sustentáveis, interdependentes e por que não, como nos diria Ailton krenak (2022), ancestrais, em redes de florestania. Quando se repensam como territórios

de diálogo, participação e justiça, os museus de ciência não apenas revisam o passado colonial de suas coleções e narrativas, mas também se posicionam como instituições fundamentais na defesa da ciência em sociedades cada vez mais marcadas por tensões informacionais. Essa reconfiguração é especialmente relevante diante do avanço contemporâneo do negacionismo científico, fenômeno visto com intensidade durante a pandemia de COVID-19, que torna ainda mais urgente refletir sobre quem fala pela ciência, em nome de quem e a partir de quais mundos possíveis e abordagens.

O fortalecimento de cosmopolíticas e epistemologias plurais nos museus contribui para enriquecer a abordagem de Ciência-Tecnologia-Sociedade-Ambiente (CTSA) e tensionar a ideia de uma ciência única, homogênea e neutra, terreno fértil onde o negacionismo frequentemente se alimenta, ao explicitar que toda produção de conhecimento envolve disputas de sentidos, posições políticas e diferentes regimes de verdade e terem protagonismo enquanto espaços estratégicos para qualificar o debate público em sociedades marcadas pela circulação massiva de informações distorcidas, falsas ou manipuladas. Em um contexto marcado pela disseminação de desinformação científica, também amplia-se a urgência de que os museus de ciência tenham como prioridade a diversificação e expansão constante de seus públicos, visto que:

[...] em todo o mundo o público escolar é o mais assíduo dos museus de ciências e, o público espontâneo tem aumentado a cada ano em visitas a estes espaços, seja como forma de ampliar os conceitos estudados em sala de aula ou vivenciar o que não é trabalhado entre os muros da escola. Os museus de ciências possibilitam a promoção de interações e de trocas de ideias, quesitos fundamentais para a participação ativa em discussões de temas científicos. Desta forma, exposições que propiciam o contato do público

visitante com questões sociocientíficas controversas são de grande importância nestes espaços. Provocar e despertar a atenção dos visitantes para temáticas controversas pode desencadear profícuas discussões sobre a relação entre ciência e sociedade". (Colombo; Marandino, 2020)

Tal fato implica desenvolver ações que dialoguem criticamente com os desafios contemporâneos, permitindo compreender expectativas, tensões e necessidades de diferentes grupos sociais. Ao integrar metodologias CTSA, já adotadas por muitos museus de ciências, as perspectivas decoloniais e formas plurais de conhecimento, podem enfrentar o negacionismo e fortalecer sua função social, tornando os museus espaços de debate democrático e construção coletiva de mundos nos quais múltiplas experiências e concepções de vida tenham lugar e se afirmem como ambientes de aprendizagem intergeracional e intercultural. Ao abrir suas portas e suas narrativas para jovens, adultos e comunidades diversas, os museus podem contribuir para o fortalecimento de uma cultura científica que reconheça e valorize os múltiplos modos de compreender e interagir com o mundo além do momento da visitação.

Considerações

Reimaginar o museu de ciências em perspectiva contemporânea e plural, significa colocá-lo a serviço da vida, da dignidade e da pluralidade dos diferentes mundos criados, imaginados e coexistentes. Significa também entender que a saúde é relacional, a ciência é situada, a educação é um ato político e a museologia deve ser um ato poético, de experimentação com responsabilidade coletiva. É sob essa perspectiva que o museu de ciências pode se tornar um território de interculturalidade, aberto à coexistência de diferentes modos de celebração e compreensão de mundos, de produção e reconhecimento do conhecimento científico produzido.

Ao acolher os princípios dos Direitos da Natureza e da Saúde Única, superando a distinção entre reconhecer uma visão de mundo diferente e incorporar a existência desse mundo, suas considerações e modos de ser, muito presente nos debates entre multiculturalismo e interculturalidade, cabe mais que reconhecer, compreender as diferentes perspectivas e atuar a partir delas, em respeito e integridade.

Defender e articular ações em torno do bem viver em museus de ciências implica repensar as histórias e motivações que compõem suas coleções e/ou sua criação/musealização. É fundamental também que esses espaços tornem suas narrativas acessíveis e significativas para diferentes públicos, reconhecendo que o conhecimento científico se entrelaça com repertórios de vida e experiências culturais, sociais e históricas diversas na qual repensar a linguagem expositiva é um passo essencial nesse processo. É necessário construir linguagens que não restrinjam as experiências museais de ciência ao público infantil ou àqueles em idade escolar, mas que também dialoguem com jovens, adultos, idosos e comunidades diversas. Essa ampliação do diálogo convida à reflexão sobre como discutir ciência em

múltiplas faixas etárias e contextos, de forma que o museu se consolide como um espaço de encontro entre saberes.

Ao acolher outros modelos científicos sem hierarquizá-los em relação à ciência moderna ocidental, é importante reconhecer, contudo, que ao longo de sua história, os museus de ciência participaram justamente da consolidação dessa ideia de racionalidade moderna e, de forma complementar, da colonialidade do saber como tratado acima. Suas coleções, muitas vezes extraídas de contextos coloniais, serviram como provas materiais de uma suposta diferença ontológica entre povos e culturas. Assumir essa herança em posição crítica é parte do compromisso ético com o bem viver e se configura como um chamado à emancipação dos discursos e práticas museais, nos quais os museus de ciência podem exercer seu papel ético de cuidado com a produção de conhecimento e uso deste para o cuidado dos territórios, seus seres, corpos e histórias, contribuindo para uma ciência com engajamento público, sensível às diferenças e comprometida com o bem viver coletivo, por práticas decolonizadoras, ou melhor, pós extrativistas.

Diante do exposto, ao articular Saúde Única, Direitos da Natureza e práticas museológicas críticas, fica evidente que o caminho de ree aprender é científico e a partir da natureza no qual os museus de ciências tornam-se não apenas espaços de mediação, mas também centros de pesquisa, escuta e produção de mundos, capazes de impulsionar investigações que integram dimensões ecológicas, sociais e epistemológicas. Com isso, contribuem para práticas museológicas situadas e comprometidas com a continuidade da vida em alinhamento às comunidades e desafios que estão inseridos pois a popularização das ciências, quando enraizada em princípios de justiça cognitiva e interculturalidade, torna-se experiência de reconhecimento mútuo e

faz - ou pode fazer - dos museus de ciências, aldeias de aprendizagem expandida, onde se vivem outras formas de produzir, compartilhar saberes e fortalecer o bem viver como horizonte político e educativo.

Nota

¹O Sumak Kawsay é um conceito em quechua cunhado na década de 1980 em torno das organizações indígenas e posteriormente adotado em propostas políticas no Equador e na Bolívia. Relacionado a um pensamento ancestral e ao modo de vida comunitário dos povos indígenas, com frequência é traduzido como “bem viver” e “vida em plenitude”. Na língua quechua, sumak refere-se à fruição harmoniosa do planeta e kawsay significa “vida”. Assim, a conceituação (de modo simplificado) pode ser entendida como uma vida digna e em equilíbrio com outros seres



Referências



ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

COLOMBO, Junior, P. D; MARANDINO, Marta. Museus de ciências e controvérsias sociocientíficas: reflexões necessárias JCOMAL 3(01), A02, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22323/3.03010202>>. Acesso em nov. de 2025.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Anti-domesticação. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, edição especial Vegetalidades, p. 34-45, set. 2023. Disponível: <https://piseagrama.org/artigos/anti-domesticacao/>. Acesso em nov. de 2025.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Um mundo ch'ixi é possível. Trad. de Véronique Boyer. São Paulo: Elefante, 2018.

DE LA CADENA, Marisol. Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da “política”. Maloca: Revista de Estudos Indígenas, Campinas, SP, v. 2, p. e019011,

Referências



GUDYNAS, Eduardo. El mandato ecológico: Derechos de la naturaleza y políticas ambientales en la nueva Constitución. Quito: Abya Yala, 2009.

Haraway, D. (2008). When speeces meet. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Trad. Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. ClimaCom - Vulnerabilidade [Online], Campinas, ano 3, n. 5, 2016.

IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus. Política Nacional de Educação Museal - PNEM. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/DocumentoFinal-PNEM1.pdf>>. Acesso em nov. de 2025.

KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Lúcia de Oliveira e Roberto Barros. São Paulo: Editora 34, 1991.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico . Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9-42, 1994. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/5289>>. Acesso em nov. de 2025.

Referências



MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da 'ciência': Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

Moore, Jason W. Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

STENGERS, Isabelle. No tempo das catástrofes. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TSING, Anna L., Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno, Thiago Mota Cardoso e Rafael Victorino Devos (orgs), Brasília, IEB Mil Folhas, 2019.

VERGÈS, Françoise. Decolonizar o Museu : programa de desordem absoluta. Tradução de Pedro Elói Duarte. São Paulo: Ubu, 2024.

WICHERS, Camila Moraes A.. Museologias, teorias e tensões políticas - Museus Indígenas e Contra-Museologia In: BRITTO, Rosangela; MELO, Diogo; GOMES, Luzia; POLARO, João (orgs). Outras narrativas sobre museus: contribuição da Amazônia Paraense para os debates sobre a nova definição de museu do Conselho Internacional de Museus (ICOM). Belém: Programa de Pós-Graduação em Artes/UFPA, 2023. E-book (170 p.). Disponível em: <<https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/1229>>. Acesso em nov. de 2025